

AJ 2452

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

OPINIÃO

A TRIBUNA

VITÓRIA-ES • SEXTA-FEIRA • 25/03/1994

ILVAN



Educação em xeque

O caos tomou conta do ensino público no Estado. Parece brincadeira, mas ninguém sabe ainda quando vai terminar o ano letivo de 93 e, mais surpreendente ainda, o de 94 só começa em junho, isto se não houver mais turbulências como as em andamento.

Com o calendário escolar de pernas para o ar ninguém pode fazer planos. Alunos não podem nem pensar em batalhar por empregos que exijam atestado de escolaridade, pois se desesperam com a inatividade forçada dos filhos.

Quem pensa que a situação não pode ficar pior, engana-se, infelizmente: desde o encerramento da greve de 109 dias do ano passado, que embaralhou o calendário escolar, o magistério já fez mais quatro paralisações, e promete fazer tantas quantas forem necessárias pelo direito de receber o salário em dia.

Seria extremamente penoso procurar argumentos para demolir a posição

dos professores, principalmente numa hora de aumentos estratosféricos em todos os setores da economia. É bem mais fácil apelar para o bom senso dos líderes da categoria, a partir da constatação de que não importa saber quem tem razão em situações nas quais todos saem perdendo.

Os alunos principalmente, porque representam a parte que menos culpa tem no imbroglio: são eles que estão com o futuro ameaçado em função de um impasse que não criaram, e no qual não têm nem tiveram nenhuma participação direta.

É em atenção a eles que as lideranças do magistério deveriam pensar numa solução alternativa, que garanta pelo menos a conclusão do ano letivo de 93. Isto poderia ser feito sem nenhum prejuízo à queda de braço mantida com o governo, agora que está definitivamente afastada a esdrúxula tese da aprovação por decreto.

Certamente ganharão simpatia e apoio para sua causa, da parte dos pais

dos alunos. Principalmente daquela imensa maioria que não pode solucionar seus problemas através da transferência dos filhos para a rede particular, esta, aliás, também mergulhada em seus próprios impasses.

Porque quem raspou o fundo da poupança em nome da tranquilidade e assiduidade ausentes na rede pública, vive agora a angústia de ainda desconhecer até mesmo os critérios que regularão os reajustes das próximas mensalidades.

Convive com o temor de não conseguir pagar e, ainda por cima, ficar impossibilitado de rematricular os filhos numa rede pública que, além de não garantir resultados, virou uma constante fonte de pesadelos e preocupações.

É bom lembrar aos responsáveis pela situação, seja lá de que lado estiverem, que educação não é privilégio. Trata-se de um direito garantido por uma Constituição que, embora maltratada e espezinhada, precisa ser respeitada pelo menos em seus aspectos fundamentais.